



RESOLUÇÃO

Prosseguir e intensificar a luta por uma vida melhor!

Sem solução à vista, a grave crise pandémica que continua a assolar o mundo e o país, e a crise económica e social que se acentua a cada dia, tornam ainda mais necessária a intervenção sindical na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Trabalhadores das autarquias, da água e saneamento, dos resíduos, dos bombeiros e protecção civil, entre outros, que sem vacilar, assumiram as suas funções de forma exemplar no combate à pandemia e no funcionamento de serviços públicos essenciais, mesmo sendo alvo de enormes injustiças que a pandemia expôs com maior nitidez, como os salários de miséria, as carreiras desvalorizadas, a precariedade, a ausência de serviços efectivos de saúde e segurança no trabalho.

Uma resposta que evidenciou o papel indispensável do Poder Local que, uma vez mais, demonstrou que é essencial no apoio de proximidade às populações.

Porém, à boleia do vírus sucedem-se as mais grosseiras violações dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores: desregulação dos horários de trabalho e de conteúdos funcionais, alteração de local de prestação de trabalho, imposição de bancos de horas e adaptabilidades, diminuição de rendimentos, incumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho, condicionamentos da representação e participação sindicais.

Ao longo destes meses muito difíceis, o STAL nunca abandonou os trabalhadores, defendeu os direitos, exigiu melhores condições de trabalho, melhores salários, reivindicou um subsídio de risco extraordinário para os trabalhadores mais expostos e prosseguiu a luta em torno da regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, com destaque para as manifestações nacionais levadas a cabo em 16 de Setembro e 23 de Outubro passados.

Neste contexto, a Assembleia da República aprovou o Orçamento do Estado (OE) para 2021. Apesar de o documento final ser melhor do que aquele que entrou, este não assegura a mudança de rumo que o país precisa e os trabalhadores exigem, e não reconhece o esforço nem responde às necessidades, anseios e expectativas dos trabalhadores da Ad. Local que vêem uma vez mais as suas condições de vida e de trabalho deteriorarem-se.

Incumprindo o compromisso assumido com a Frente Comum, anunciado publicamente, de 1% de aumento salarial em 2021, o OE congela salários, mantém uma tabela remuneratória única injusta e ilegal – prometendo-se agora a sua revisão para 2022 (!); não valoriza as carreiras e insiste no SIADAP, instrumento de contenção salarial; mantém a proibição da acumulação de indemnizações atribuídas por incapacidade parcial permanente com as respectivas remunerações – direito roubado aos trabalhadores no período da troika que urge recuperar e prossegue com o processo de municipalização de funções sociais do Estado que acentuará mais cedo que tarde as desigualdades sociais e territoriais.

Já a consagração no OE, da atribuição do denominado suplemento de penosidade e insalubridade nas autarquias, resultado da luta persistente desenvolvida pelo STAL e os trabalhadores ao longo de mais de três décadas, apesar de positivo, fica aquém do que se exige, pois a norma agora incluída no Orçamento do Estado, que exclui a palavra risco, apenas prevê a atribuição de um suplemento remuneratório unicamente aos trabalhadores da carreira geral de assistente operacional que laborem nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento e cemitérios – registre-se que a actividade cemiterial nem sequer constava da proposta inicial - pelo que a luta pela atribuição de um conjunto de compensações (não só um suplemento remuneratório), nomeadamente a redução do horário de trabalho, acréscimo dos dias de férias e bonificação para efeitos de reforma/aposentação, e a consideração de todas as funções desempenhadas em condições de penosidade, insalubridade e risco não vai parar. Da mesma forma, o OE excluiu do subsídio temporário de risco trabalhadores essenciais como os Sapadores Bombeiros, a Polícia Municipal e outros, nomeadamente na área do ambiente igualmente indispensáveis para a saúde pública e com risco acrescido no período de pandemia.

Perante a ausência de respostas aos problemas vividos pelos trabalhadores e o agravamento da crise económica e social, não nos resta outro caminho que não seja o da intensificação da acção reivindicativa nos locais de trabalho e da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, exigindo de todos os activistas um acompanhamento e intervenção permanentes na resposta aos problemas dos trabalhadores.

Não abdicamos do aumento dos salários, nomeadamente de 90 euros para todos e de um salário mínimo nacional de 850 euros no curto prazo; não abdicamos de

carreiras dignas e da revogação do SIADAP, exigência em torno da qual iremos lançar uma campanha nacional; não baixamos os braços pela eliminação da norma que impede a justa reparação por motivo de acidente de trabalho; não abdicamos da luta contra a precariedade e da revogação das normas gravosas da legislação laboral e prosseguiremos o combate pelo reforço dos serviços públicos, contra as privatizações.

Por tudo isto, a Direcção Nacional do STAL, manifesta a sua firme determinação em prosseguir a luta pela concretização das suas reivindicações, e apela à participação empenhada dos trabalhadores do sector, na semana de luta de 7 a 11 de Dezembro, convocada pela CGTP-IN, sob o lema “Proteger os Trabalhadores! Aumentar salários! Garantir direitos!”, pelo emprego com direitos, contratação colectiva, 35 horas, reforço dos serviços públicos”.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2020

A Direcção Nacional